

**O QUE GANHAMOS, O QUE NÃO
PODEMOS PERDER: criações
curriculares e tecnologias nos
cotidianos escolares**

**WHAT WE GAIN, WHAT WE CANNOT
LOSE: curriculum creations and
technologies in school daily life**

**LO QUE GANAMOS, LO QUE NO
PODEMOS PERDER: creaciones
curriculares y tecnologías en la vida
cotidiana escolar**

Resumo: A pandemia pegou a todos despreparados quanto ao modo de agir em diversos momentos. Nos processos educativos, não foi diferente. Assim, esperamos que os 21 artigos aqui publicados potencializem os processos inventivos nas escolas públicas, nas universidades públicas e em outros espaços cotidianos.

Palavras-chave: Pandemia. Ações curriculares. Cotidianos.



Revista Espaço do Currículo

ISSN 1983-1579

Doi: 10.15687/rec.v15i3.65187

<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php>

Denize Sepulveda

Doutora em Educação

Professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil.

E-mail: denizesepulveda@hotmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9049-5200>

Sandra Kretli da Silva

Doutor em Educação

Professora da Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil.

E-mail: sandra.kretli@hotmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9800-6192>

Como citar este artigo:

SEPULVEDA, D.; SILVA, S. K. O QUE GANHAMOS, O QUE NÃO PODEMOS PERDER: criações curriculares e tecnologias nos cotidianos escolares. **Revista Espaço do Currículo**, v. 15, n. 3, p. 1-8 2022. ISSN 1983-1579. DOI: <https://doi.org/10.15687/rec.v15i3.65187>.

Abstract: The pandemic caught everyone unprepared as to how to act at different times. In educational processes, it was no different. Thus, we hope that the 21 articles published here will enhance inventive processes in public schools, public universities and other everyday spaces.

Keywords: Pandemic. Curricular actions. Daily.

Resumem: La pandemia tomó a todos desprevenidos en cuanto a cómo actuar en los diferentes momentos. En los procesos educativos, no fue diferente. Así, esperamos que los 21 artículos aquí publicados potencien los procesos inventivos en las escuelas públicas, universidades públicas y otros espacios cotidianos.

Palavras-clave: Pandemia. Acciones curriculares. Cotidianidad.

Atendendo a um convite feito pela Associação Brasileira de Currículo (ABdC), submetemos a nossa proposta para organização deste dossiê temático, especialmente, por entender que se faz necessário problematizar os *discursos* (FOUCAULT, 1986) que se referem às perdas de conteúdos que crianças, jovens e adultos tiveram durante a pandemia da Covid-19. Em tom meio catastrófico, alguns desses *discursos* pretendem até, profeticamente, calcular em quanto tempo esses *praticantespensantes* (OLIVEIRA, 2003) das escolas recuperarão essas perdas.

A pandemia pegou a todos despreparados quanto ao modo de agir em diversos momentos. Nos processos educativos, não foi diferente. Porém, percebemos, pela quantidade de artigos que recebemos de diversos lugares do Brasil e também de outros países, que professores e professoras, gestores e gestoras, mesmo com pouquíssimo apoio das autoridades locais ou das autoridades federais, criaram redes de amizade e de solidariedade e inventaram muitos possíveis para continuar lutando por um mundo melhor para todos e todas e, sobretudo, buscaram afirmar a vida e a alegria nas escolas públicas.

A vida que insiste em perseverar. Afinal, muitos problemas educacionais foram apenas intensificados com a pandemia. “A volta do normal ou do novo normal” nunca coube à educação, pois muitas questões, que já eram pautas nas/das nossas lutas, apenas se acentuaram, tais como: os níveis de desigualdades educacionais, as inúmeras tentativas de privatização da educação pública, a padronização e regulação da educação.

Assim, para além de gastos equivocados com “apostilas”, adquiridas a preço alto de fundações que se colocaram a vendê-las na tentativa do controle da educação pública, o que ocasionou o esgarçamento das relações escolas e universidades públicas, a maioria das autoridades educacionais da escola básica, sem saber como lidar com os novos artefatos e sem se preocupar em formar docentes e discentes para o seu uso, produziu, simplesmente, atos administrativos de proibição de uso das tecnologias no ambiente escolar.

Desse modo, consideramos, que todo processo pedagógico parte do que os/as/es estudantes sabem, ou seja, do que aprenderam anteriormente. Assim, os textos selecionados para este dossiê, no sentido contrário a esses *discursos* que só conseguem analisar as perdas dos processos educacionais e não percebem os atos de criação e os conhecimentos neles presentes, afirmam tanto os saberes já adquiridos quanto os que aprendemos no período da pandemia quanto as resistências criadas pelos professores às tentativas de controle da educação. Ratificamos, então, que todas as relações humanas levam a processos de *aprenderensinar* permanentes, que todas as relações pedagógicas se dão em meio a múltiplas diferenças e que todo processo de relações humanas cria novos possíveis para o mundo.

Com a retomada da educação presencial para a totalidade dos docentes e discentes, vamos percebendo que um novo retorno vem se dando, em muitos lugares, com outros conhecimentos tecidos durante a pandemia e que vêm se incorporando também em outras práticas pedagógicas. Contudo, percebemos também que muitas instituições de ensino não podem incorporar essas novas aprendizagens. Na escola básica, a proibição do uso do celular, como antes, com base em atos governamentais anteriores à pandemia, ou a volta ao normal, nas universidades, com o maciço retorno, em inúmeros cursos, às aulas magistrais, “como era antes”. Portanto, a questão central que queremos discutir neste dossiê é: o que não podemos perder agora de tudo o que aprendemos e criamos na pandemia?

Esperamos que os 21 artigos aqui publicados potencializem os processos inventivos nas escolas públicas, nas universidades públicas e em outros espaços cotidianos. A nossa expectativa é que este dossiê contribua para o movimento das pesquisas curriculares e para o campo dos estudos nos/dos/com os cotidianos a fim de afirmar que professoras, cotidianamente, criam currículos com as múltiplas tecnologias. Entendemos, ainda, que este dossiê é organizado e divulgado em um momento político bastante complexo e difícil no Brasil. Momento este em que vemos a educação e os currículos serem bombardeados com inúmeros projetos e programas de desmonte dos direitos já conquistados, de retrocessos e de tentativas de regulação e controle dos currículos e dos processos inventivos de professores/as.

O pensamento educacional e curricular, antes, durante e depois da pandemia, resiste e cria, como nos mostram as autoras do texto *A redescoberta dos sons: questão curricular atual*, de Nilda Guimarães Alves, Izadora Agueda Ovelha, Alessandra Nunes Caldas e Fernanda Cavalcanti de Mello. Para elas, a pandemia decretou o isolamento e o uso intenso das redes técnicas. Especialmente no Brasil, um bom número de pessoas, por não terem acesso a recursos que possibilitassem o uso de imagens, como computador e celular, começaram a fazer uso dos suportes de som na educação e em toda a sociedade. As autoras relatam uma experiência de criação de podcast – um artefato cultural potente para a área educacional que passou a ser usado com muita intensidade.

Nessa mesma linha de pensamento, o segundo texto, *Na produção da existência à necessária composição entre currículos e tecnologias*, de Janete Magalhães Carvalho, Ana Cláudia Santiago Zouain e Jannaina Calixto de Lima, problematiza a educação dogmática baseada na reprodução do pensamento em prol da prática de uma educação inventiva que se desloca a pensar outros possíveis com a arte e com a tecnologia. Discute a relação tecnologia e sociedade, bem como as investidas constantes do capitalismo para se apropriar dos corpos na produção de subjetividades homogêneas. Afirma uma educação que não se aprisiona diante da sujeição maquínica dos corpos, mas que se tece enquanto resistência e criação. Vale a pena a leitura!

Em seguida, Tania Lucía Maddalena e Leonardo Nolasco-Silva, no artigo *Pandemia ilustrada: criações curriculares a partir da contação de histórias digitais*, apresentam a ideia de hiperescritas de si como modos de produção narrativa e de dramaturgias docentes – entendidas como a arte de contar histórias por meio dos desenhos didáticos. Na composição, relatam duas experiências pautadas na dramatização da pandemia: um exercício de produção imagética e textual realizado com estudantes do Curso de Pedagogia da Uerj e a produção de um livro ilustrado que apresenta histórias da pandemia no/com o ensino remoto. A contação de histórias é percebida como gesto didático para a criação de ambiências formativas de escuta e de fabulação de outros possíveis, para a produção de registros narrativos das pessoas comuns, atentando para os perigos de uma história única e para as potências de conceber a vida como obra de arte.

Os autores José Antonio Sepulveda e Amanda Mendonça enfatizam, no texto *A experiência do II Fórum do Observatório da Laicidade na Educação/OLÉ: extensão universitária e inovação metodológica*, que a crescente presença do discurso conservador na atualidade e a sua relação com o campo religioso estruturam a base de argumentação do programa de extensão Observatório da Laicidade na Educação (OLÉ), vinculado à Universidade Federal Fluminense. Dessa forma, um dos principais objetivos do OLÉ é refletir sobre a forte presença da religião na sociedade brasileira contemporânea e como essa presença atinge o princípio da laicidade do Estado e afeta diretamente a educação pública. Com esse propósito, desde 2019, é organizado pelo Observatório o seu Fórum anual. Um espaço de elaboração e troca de experiências sobre as possibilidades de construção de uma educação democrática e laica. Diante da emergência da Pandemia da Covid-19, esse espaço precisou ser reconfigurado e adaptado para especificidades que a conjuntura demandava, de forma remota. É sobre o redimensionamento desse espaço, sobre as mudanças implementadas e sobre o aprendizado com a elaboração e organização dessa nova experiência de ensino-aprendizagem que trata este artigo.

No quinto artigo, as autoras Daiana Pilar Silva e Anelice Ribetto, no texto *Tecendo escolas outras: texturas de uma pesquisa (na diferença) em pandemia*, apresentam uma cartografia dos encontros vivenciados com crianças diagnosticadas com deficiências múltiplas, estudantes de uma escola pública, e uma professora. Questionam o que se pensa por escola e o que suporta a escola como experiências em pandemia. Na metodologia, utilizam como dispositivo um caderno de notas de uma professora, que

mobiliza a conversa tecida durante a pesquisa. As autoras afirmam que o contexto pandêmico possibilitou um novo olhar para a escola.

No texto intitulado *De repente, uma pandemia: criação curricular e resistências coletivas como afirmação da vida*, as pesquisadoras Sandra Kretli da Silva e Andreia dos Santos Gabriel evidenciam a potência coletiva de professores(as) na relação entre micropolíticas ativas que produzem currículos inventivos, engendrados com os signos da arte, em uma escola de ensino fundamental no município de Serra/ES. Inspiradas nas poesias de Manoel de Barros (2018), afirmam que professoras e professores, assim como os andarilhos, “[...] fazem uso da ignorância, multiplicam o nada por zero e criam uma linguagem própria, sem saber aonde chegar, para chegar de surpresa, inventando caminhos”, porque desejam resistir e criar com a força do coletivo.

Sara Wagner York e Denize Sepulveda, em *Programa de Travesti: injustiça algorítmica: alterações na máquina*, questionam o processo de iterabilidade como máquina de produzir verdades ao analisarem o *Programa de Travesti*, criado e, semanalmente, exibido durante a pandemia da Covid-19, por streaming, na TV 247. O objetivo desse movimento de pesquisa é criar e visibilizar formas outras de (r)ex(s)istência, interação e comunicação no e com o (i)mundo.

O ensaio *Cenas dos afetos escolares: cortes e deslocamentos curriculares*, dos autores Steferson Zanoni Roseiro, Nahun T. L. P. Gonçalves e Alexsandro Rodrigues, visa a subverter as lógicas que fundam as discussões em torno das afetividades corpóreas, problematizando a produção heterocentrada de gêneros e sexualidades. Propõem indagar como cada produção afetiva é sempre um arranjo momentâneo e provisório. Defendem a potência das políticas miúdas que afirmam vidas na diferença por cenas de redes de amizade que alteraram as paisagens de algumas escolas e questionam as possibilidades do existir corpóreo.

Jesica Baez, no texto *Educação sexual integral em tempos de pandemia: itinerários de experiências pedagógicas na Argentina*, apresenta três experiências ocorridas durante a pandemia de Covid-19, que buscaram ampliar a implementação da educação sexual integral como política educativa com estratégias de formação de atores centrais da comunidade. Aponta que o contexto da pandemia acentuou as desigualdades de gênero.

No décimo artigo, denominado *As “encruzilhes” das práticas educativas não escolares em tempos (pós)pandêmicos*, do autor Arthur Ferreira, o objetivo foi demonstrar a reorganização do trabalho sociopedagógico de um Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensão de uma universidade pública fluminense para a realização de suas atividades formativas extensionistas sobre as práticas educativas não escolares desde o fenômeno social e educacional instado pela Covid-19. Para isso, promove a discussão, no campo teórico da Pedagogia Social, sobre a organização das práticas educativas não escolares, o uso de tecnologias digitais de comunicação e/ou informação e a situação social imposta pela pandemia. Assim, ao relatar as adaptações educacionais possíveis realizadas pelo grupo extensionista, inferiu que, desde os desdobramentos socioeducacionais da Covid-19, promoveu-se a criatividade educacional necessária para a continuidade dos processos cognitivos nos ambientes educacionais.

Tania Granja, em *Ensino remoto na pandemia, práticas curriculares e cotidianos escolares – da sala de aula à “sala de casa”: recontextualização, criações e inventividade*, traz alguns apontamentos produzidos no bojo de uma pesquisa bibliográfica, analítica, de cunho exploratório, que está em curso buscando mapear as publicações, no período entre 2020 e 2022, que tratam do ensino remoto na pandemia e pós-pandemia, com suas implicações nas práticas pedagógicas, no currículo e no trabalho docente. As análises preliminares indicam que as práticas curriculares no período da pandemia resultaram de uma recontextualização por hibridismo, cujos arranjos e ressignificações assumiram diferentes estratégias didático-pedagógicas, com enorme riqueza de configurações derivadas do uso das tecnologias digitais para o ensino remoto.

Na continuidade do dossiê, o artigo *Estágios curriculares supervisionados em cursos de pedagogia a distância durante o período de ensino remoto emergencial no contexto da pandemia de Covid-19*, de Luiz Fernando Conde Sanguis e Priscilla Paixão Ferreira Pereira, analisa que a Covid-19 provocada pelo SARS-Cov-2 e a decretação governamental de medidas sanitárias, em que se destacou a necessidade de isolamento social a partir do mês de fevereiro do ano de 2020, obrigaram a suspensão das atividades

presenciais em escolas e universidades do mundo inteiro. Um novo cenário educacional se configurou: o ensino e os estágios curriculares passaram a ser oferecidos remotamente. O estudo possibilitou a identificação de práticas diversas de estágio supervisionado que coexistem em realidades tão próximas, trazendo a percepção do quão possível, apesar das adversidades, é a realização de bons projetos de cursos de Educação a Distância utilizando as tecnologias digitais e as estratégias pedagógicas disponíveis a favor de uma educação transformadora.

O texto *Os fenômenos da cibercultura: como as narrativas pandêmicas se entrelaçaram às práticas curriculares de professores de Química da Educação Básica*, dos autores Michele Silva de Avelar, Letícia Aires de Farias e Rosemary dos Santos, apresenta, por meio de narrativas de professores, a autoria nas criações curriculares e aponta que a cibercultura foi fundamental para vivenciar o contexto pandêmico e aproximar os espaçostempos entre discentes e docentes.

No artigo *Reflexões pós-pandemia: continuum curricular e estratégias educacionais no município de Pelotas*, os autores Ana Gabriela da Silva Vieira, Nilcelio Sacramento de Sousa e Suelen Borges Loth Correa, questionam o cenário educacional pós-pandemia no município de Pelotas, cidade no interior do Rio Grande do Sul. As discussões realizadas embasam-se no pressuposto de que funciona, em nossa sociedade, uma governamentalidade neoliberal que homogeneiza estudantes a partir de um conjunto de habilidades curriculares e, também, noções meritocráticas que favoreceriam uma cultura da reprovação escolar. Pela Resolução CME/Pel nº 03/2021, definida pela Secretaria Municipal de Educação, é possível pensar na efetivação de um continuum curricular e em outras estratégias educacionais que vão além da reprovação dos estudantes. Tais discussões trazem aprendizados significativos para escolas e docentes, podendo ser transpostos para além do contexto excepcional dos anos 2020, 2021 e 2022.

As autoras Karla Jocelya Nonato e Nielce Meneguelo Lobo da Costa, no texto *Currículo experimentado por licenciandos: o uso educativo das TDICs*, afirmam que o uso intenso das tecnologias digitais no dia a dia, principalmente pelos jovens, colabora na cobrança para que, no ambiente escolar, os professores agreguem as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) a metodologias de ensino para desenvolver o currículo, especialmente no ensino superior. Evidenciam que os currículos das Licenciaturas em Matemática inseriam/integravam lentamente as TDICs aos processos de ensino e de aprendizagem, caminhando a passos lentos rumo à Enculturação Digital, que tem a capacidade de transmitir um senso de pertencimento ao grupo social identificado em uma sociedade que tende a excluir. Concluem as autoras argumentando que o uso educativo das TDICs transformou o currículo experimentado pelos licenciandos de modo a possibilitar a construção de conhecimento tecnológico pedagógico do conteúdo (TPACK), apresentando características de um web currículo para formar enculturadores digitais em diferentes contextos locais do Estado do Mato Grosso do Sul.

O décimo sexto texto que compõe este dossiê, dos autores Kéli Renata Corrêa de Mattos, Micheli Bordoli Amestoy e Luiz Caldeira Brant de Tolentino-Neto, cujo título é *Ensino remoto e pandemia: apontamentos sobre a construção de um currículo emergencial de ciências da natureza*, versa sobre o alinhamento curricular a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com ênfase na área de Ciências da Natureza em um cenário de pandemia. Para tanto, perpassa a construção do Referencial Curricular Gaúcho (RCG) do Estado do Rio Grande do Sul e do Documento Orientador Curricular de Santa Maria (DOC/SM). Observa-se no texto o alinhamento do CE com a BNCC, criando uma falsa ideia de autonomia na construção da parte diversificada do currículo. Em contrapartida, pode-se perceber a mobilização e engajamento dos professores na construção do documento local, a sensibilidade e democratização no processo de seleção de conhecimentos que manteve em pauta temas relevantes, como a educação ambiental.

Na sequência, o artigo *Educação sexual em tempos pandêmicos: analisando narrativas docentes e experiências curriculares na docência em Ciências e Biologia*, de autoria de Erica Gonçalves e Rodrigo C. do Nascimento Borba, reflete sobre experiências e práticas docentes direcionadas à educação sexual produzidas por professoras de Ciências e Biologia em escolas públicas mineiras ao longo do período pandêmico. Os autores afirmam que imposições curriculares restringiram a autonomia docente e erigiram desafios à abordagem da temática. Discutem o cenário conservador que pressiona a docência e gera constrangimentos ao trabalho pedagógico sobre o corpo humano, saúde, gêneros e/ou sexualidades que escapam de um viés biomédico, higienista e comportamentalista. Concluem que, apesar de as professoras insistirem na construção de estratégias didáticas voltadas à promoção da

educação sexual, entraves estruturais e conjunturais foram empecilhos para processos de ensino e aprendizagem plurais e inclusivos.

O texto *Construção social do currículo: o que os alunos fazem*, de autoria de Fernando José de Almeida, Maria da Graça Moreira Silva e Tatiana Soste, aborda sobre as construções curriculares que emergiram ao longo da pandemia de Covid 19 e que devem ser retomadas no retorno às atividades acadêmicas presenciais. Apresenta um caso que ocorreu em uma instituição de ensino superior brasileira envolvendo diversos atores em busca de respostas a desafios reais enfrentados por instituições públicas. A análise apresentada intenciona explorar as possibilidades da construção de um *currículo em ação* fortemente comprometido com o diagnóstico e busca de soluções para problemas reais da comunidade. Os autores concluem que as instituições de ensino enfrentaram os desafios de, sem perder o compromisso com a produção do conhecimento, superar a pandemia com seus melhores instrumentos: a sabedoria e a coesão social, que são um atributo participativo e vivo do currículo na ação.

O décimo nono artigo, *Material didático multimodal ensino técnico: da elaboração ao ato didático*, de autoria de Katia Zardo e Elisabete Cerutti, afirma que as tecnologias digitais estão presentes em vários momentos do nosso cotidiano, inclusive no contexto educacional, porém ainda não somos completamente letrados para a sua utilização. Dessa forma, este texto discute a metodologia de elaboração de material didático que promova a inter-relação de ferramentas digitais na apresentação de conteúdos e atividades para alunos do Curso Técnico em Agropecuária, utilizando a multimodalidade, que oferece diversos aparatos tecnológicos e pedagógicos. Nesse sentido, da elaboração ao ato pedagógico, cria-se a reflexão sobre os desafios da multimodalidade e da autoria docente diante das possibilidades didáticas com o uso das tecnologias digitais. Essa elaboração de materiais didáticos multimodais, fazendo uso de animações, Podcast e jogos, possibilita levar ao estudante perspectivas no envolvimento com a sua aprendizagem, interagindo mais com os professores e com os conteúdos.

Marluce Batista Silva Cardoso, no texto *Orientações oficiais da rede municipal de educação de Belém para as práticas curriculares em tempos de pandemia de Covid 19 nos anos 2020 e 2021*, faz uma importante análise documental das orientações oficiais da rede municipal de Belém/PA. Considera que, no auge pandêmico, as prescrições oficiais foram alteradas e ampliadas em perspectiva coletiva, freiriana e democrática, que busca a humanização, autonomia e criticidade dos sujeitos no processo educativo, em tempos de profunda vulnerabilidade humana, com ganhos para o ensino-aprendizagem.

Finalizando este dossiê, Sammy W. Lopes, no texto *O currículo da educação infantil e os campos de experiência*, discute a noção de campos de experiência com o objetivo de demonstrar como tal conceito afeta os modos de funcionamento dos currículos da educação infantil e os processos de educação da infância por eles engendrados. Aponta que a ideia de campos de experiência permite que os currículos da educação infantil possam desenhar processos educadores centrados nas demandas próprias e singulares da infância. Conclui que o conceito de campos de experiência viabiliza que os currículos da educação infantil possam se afirmar politicamente como modos diferenciais de entender e produzir a educação da infância.

Na seção referente à Demanda Contínua, contamos com dez artigos, que serão apresentados a seguir:

O texto *Políticas e currículos: o caso da literatura*, de Flávia Brocchetto Ramos e Elsa Mónica Bonito Basso, problematiza como a literatura e a formação leitora de estudantes da última etapa da educação básica são constituídas. Com base em documentos normativos da educação brasileira e uruguaia, aponta que as orientações brasileiras tendem a ser mais gerais, enquanto no Uruguai há até a indicação de obras literárias que integram o currículo. Quanto à política do livro, o Governo brasileiro dá mais ênfase ao fomento à constituição de acervos, ao passo que o uruguaio não faz a entrega de obras físicas aos estudantes.

No segundo texto da seção da Demanda Contínua, intitulado *Currículo e trabalho docente em múltiplas facetas: relatos em um contexto pandêmico*, as autoras Nadja Regina Sousa Magalhães, Franc-Lane Sousa Carvalho do Nascimento e Luciana Serra Passos, apresentam as experiências e práticas pedagógicas narradas por vinte e sete docentes que atuam na educação básica, pública e privada, na cidade de Caxias (MA), durante a Pandemia da Covid-19, período em que desenvolveram suas atividades

pedagógicas de modo EAD/remoto. As discussões, análises e sínteses, proferidas a partir das narrativas dos/as profissionais entrevistados/as, intercambiadas com um aporte teórico crítico, denotam a não valorização profissional, a invisibilização, responsabilização, heteronomia e intensificação da precarização do trabalho dos/as professores/as no contexto social pandêmico, tendo como plano de fundo, a imposição de “uma reinvenção do fazer pedagógico”, por meio de uma racionalidade tecnológica instrumental, que representa uma dada concepção de educação e formação humana.

Os autores Ana Maria Perdomo Varago e Robson Simplicio de Sousa, no artigo *A química orgânica no livro didático de química: entre a estabilidade dos enfoques curriculares e a mudança da tradição*, analisam que a formação dos professores de Química busca em seus caminhos recursos para uma boa prática docente. Dentre os diversos materiais, o livro didático é um importante instrumento na formação de professores, uma vez que ele é um referencial curricular. Ao falar do livro didático, os autores enfatizam que é importante analisar sua trajetória, para que se possa entender como se relacionam os conteúdos curriculares de Química e seus contextos de aplicação.

Gilberto Oliare, em *Reflexões sobre a profanação pedagógica nas aulas de Ensino Religioso*, problematiza a profanação, entendida como um modo de operar com conteúdos de dimensão religiosa nas aulas de Ensino Religioso. Com uma escrita ensaística, leva em consideração a aproximação de fronteiras, a fim de afirmar que na escola é possível profanar os conteúdos, torná-los abertos e acessíveis para serem estudados como matéria escolar, a partir das instigações curriculares. Conclui reconhecendo que existem relações entre o conceito de profanação e algumas práticas de Ensino Religioso não confessional e que é fundamental explorar e ampliar debates como esse a fim de pensar os pressupostos teóricos e práticos dos currículos de Ensino Religioso.

Em *Educar para as diversidades: uma pedagogia das sensibilidades nos currículos*, Gustavo P. de Souza discute as possibilidades de uma educação para as diversidades a partir da condição de uma pedagogia das sensibilidades. Ao dialogar com a disciplina Educação Etnicorracial, com base na ideia de enunciado discursivo de Michel Foucault, afirma a diversidade como prática, que se (trans)forma a partir de noções de vulnerabilidades, sensibilidades, ecologia dos saberes e subalternidade. Por fim, considera que uma educação para as diversidades no ensino das sensibilidades é uma forma de promover a valorização das diferenças e combater as desigualdades sociais.

Ronildo Stieg, Amarílio Ferreira Neto e Wagner Santos, no texto *Avaliação educacional e formação em educação física: análise dos currículos de treze IES latino-americanas*, afirmam que o campo da avaliação educacional, no que se refere aos estudos que fazem uma análise a partir dos currículos de formação de professores em Educação Física, tem provocado debates férteis. Discutem sobre o que tem sido prescrito a respeito da avaliação nos planos de disciplinas de treze cursos de formação de professores em Educação Física de sete países da América Latina (Argentina, Chile, Colômbia, Equador, México, Uruguai e Venezuela). Os resultados evidenciam que o ensino da avaliação nessas disciplinas está centrado nas discussões sobre: avaliação educacional de maneira mais ampla; avaliação da aprendizagem; bases teóricas da avaliação; instrumentos avaliativos; avaliação de sistemas; funções da avaliação; testes físicos; medidas antropométricas; avaliação da atividade física e desportiva.

Em seguida, o texto *Robótica educacional e currículo: estado da arte*, dos autores Glauce Barros Santos Araújo, Jane Herber e Eniz Conceição Oliveira, apresenta um estado da arte da robótica educacional, com base nas informações obtidas no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes), em Periódicos Capes e SciELO (entre 2012 e 2021). Os resultados apontam que a robótica educacional, quando inserida no currículo escolar, possibilita que os estudantes se apropriem dos mais diversos conhecimentos de forma integrada, fomentando a criatividade, autonomia, descoberta e investigação, contribuindo, assim, para uma possível efetivação da alfabetização científica. A robótica educacional propicia a efetivação de práticas inovadoras, viabilizando o desenvolvimento dos estudantes de forma ativa, autônoma e responsável.

Gabriella G. Mendes da Silva e Vitor Hugo Marani, em *Gênero, sexualidade e Educação Física: reflexões acerca do currículo em universidades federais brasileiras*, buscam analisar como as disciplinas que abordam gênero e sexualidade estão organizadas no currículo de cursos de licenciatura em Educação Física nas Universidades Federais brasileiras, a partir de Projetos Pedagógicos de Cursos. Como resultado, reconhecem que as temáticas gênero e sexualidade, quando pensadas no cenário brasileiro, ainda se materializam timidamente no currículo. Entretanto, as disciplinas identificadas

acenam para o propósito de desafiar enquadramentos de gênero e sexualidade na Educação Física, o que contribui para uma formação atenta às diferenças e à justiça social no campo das práticas corporais.

No texto *Enfoques curriculares no processo de escolarização de alunos com TEA: um estado do conhecimento*, os autores Maria G. Firmino, Amélia M. A. Mesquita e José Rafael B. Rodrigues analisam como as produções acadêmicas atuais têm discutido, a partir do viés curricular, o processo de escolarização de alunos com Transtorno de Espectro Autista (TEA) nas salas regulares do ensino fundamental. Os resultados apontam que as publicações têm concedido maior ênfase às práticas pedagógicas dos professores que atuam com alunos com TEA e que os processos de escolarização têm sido marcados por currículos pautados em uma prática tradicional, com poucas ou quase nenhuma adequação do currículo, evidenciando os vários desafios que ainda permeiam esse processo.

Maria Luiza Sussekind Verissimo e Silvia Tkotz, no artigo *Quando os maiores medos não são possíveis, são prováveis: metodologia e ética na pesquisa*, apresentam as metodologias de conversas, de pesquisa com os cotidianos e de escritas que se desenvolveram em uma pesquisa de doutoramento, junto a questões éticas que as autoras enfrentaram ao narrar sobre as criações curriculares com cotidianos de uma escola pública da periferia na Baixada Fluminense/RJ, contemplada pelo Edital FAPERJ de “Apoio à melhoria das escolas da rede pública sediadas no Estado do Rio de Janeiro — 2021” para desenvolvimento do projeto “Linguagens plurais: sons, saberes e sabores”. Educação, democracia, interseccionalidade são tecidas em narrativas como enfrentamento ao capitalismo, ao colonialismo e ao patriarcado, fazendo-se prática de pesquisa, formação e escrita curricular.

Em *A história da disciplina escolar biologia no ensino secundário em Pernambuco - Brasil (1800 - 1965)*, Gilmar Beserra de Farias, Francimar Teixeira apresentam a trajetória da disciplina escolar História Natural/ Biologia no ensino secundário em Pernambuco (Brasil), de 1800 a 1965. A metodologia foi pautada na pesquisa documental e historiográfica. A disciplina História Natural foi instalada pelos professores padres do Seminário de Olinda, no início do século XIX, e apresentava uma visão descritiva e utilitarista. A partir da década de 1850, o acervo do Museu do Ginásio Pernambucano, organizado por professores naturalistas, conferiu a permanência da História Natural como disciplina escolar. Após a Proclamação da República, essa disciplina ficou sob a responsabilidade de professores médicos e consolidada a partir das ideias positivistas de progresso por meio das Ciências Naturais. Na década de 1960, os docentes bacharéis formados nas Faculdades de Filosofia abandonaram a História Natural para ensinar a Biologia escolar modernizada.

Para finalizar, Junior B. Centenaro e Altair Alberto Fávero, em *Enunciados de um diagnóstico crítico: a reforma do ensino médio de 2017 em periódicos de educação*, apresentam um ensaio com os principais enunciados presentes em artigos publicados em periódicos da área da educação, que discutem a reforma do ensino médio de 2017. As conclusões indicam que o campo acadêmico da pesquisa em educação tem apresentado um diagnóstico crítico da reforma do ensino médio, indicando que ela poderá aprofundar ainda mais problemas históricos dessa etapa da educação básica. Além disso, identificaram que a maior parte das produções analisadas tematizam elementos macrocontextuais da reforma, como a estrutura e o conteúdo da lei, a hegemonia política e econômica do momento em que a reforma foi editada. De outra parte, constataram um pequeno número de publicações que investigam o microcontexto e os desdobramentos da reforma no âmbito das escolas e seu entorno.

REFERÊNCIA

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

OLIVEIRA, Inês Barbosa. **Currículos praticados: entre a regulação e a emancipação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).